

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E NOVE-----

Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e nove, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Expediente.-----
2. Actas.-----
3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----
 - a) Atribuição de medalhas de Honra e de Mérito Municipal; -----
 - b) Definir uma percentagem de 65% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o valor da transferência corrente no ano de 2010;-----
 - c) 1ª Revisão às Actividades Mais Relevantes 2009/2012;-----
 - d) 1ª Revisão ao Orçamento 2009; -----
 - e) Proposta de Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização. -----
4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, José Adelino Cardoso Cintrão, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Sandra Maria Brás Coelho, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Margarida Isabel de Matos Pereira, José Joaquim Catalino dos Santos e Rui Manuel C. Madeira dos Santos.-----

Verificou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vitor Proença, e dos senhores vereadores Margarida Santos, Álvaro Beijinha e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

NOMEAÇÃO “AD HOC” DA 2ª SECRETÁRIA -----
Verificando-se a ausência da 2ª Secretária, o senhor Presidente nomeou “ad hoc” a senhora Maria Olímpia Lampreia Silva para a substituir. -----

SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR JOSÉ CATALINO-----
O senhor Presidente deu conhecimento de que o senhor José Catalino, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, seria representado, na sessão, pelo seu substituto legal, senhor Albano Mestre. -----

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE “LAY-OFF” NA EMPRESA REPSOL -----
O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Jaime Pires de Cáceres, o qual apresentou a seguinte proposta de Moção: -----
“Foi ontem, dia 25, anunciado pela empresa Repsol aos seus trabalhadores, que a empresa irá entrar em “Lay-off” durante seis meses e que 50% dos seus trabalhadores irão ser abrangidos por esta medida. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém demonstra uma profunda preocupação com este anúncio e chamam a atenção para os impactos que esta medida trará, do ponto de vista económico e social para a freguesia de Santo André, para o Município de Santiago do Cacém e para a Região do Litoral Alentejano.-----

Em Setembro de 2008 (8 meses atrás) a empresa com o patrocínio do estado português, anunciava obras de ampliação no valor de 1000 milhões de euros que arrancariam nessa altura e que iriam permitir triplicar a produção do complexo petroquímico. Dizia a empresa nessa altura, que iriam ser criados cerca de 500 novos postos de trabalho entre directos e indirectos, já na fase de produção e cerca de 1500 empregos durante as obras de ampliação. António Brufau, presidente da Repsol, referia que “Portugal é um dos mercados prioritários para a Repsol”. Todos estes anúncios tiveram o alto patrocínio do 1º Ministro José Sócrates e do Ministro Manuel Pinho, que se deslocaram à empresa dando destaque ao investimento.-----

Passados oito meses o resultado é este, a coberto da crise tenta-se aumentar os lucros do grande capital à custa de quem trabalha, à custa de quem produz riqueza. Os eleitos desta Assembleia Municipal não podem ficar indiferentes com esta situação. Os graves prejuízos que esta decisão acarreta são altamente nocivos para a população da freguesia de Santo André, para o Concelho e para a Região.-----

Como tal, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém delibera:-----

. Solidarizar-se com os trabalhadores da Repsol e demonstrar desde já o seu apoio aos trabalhadores desta empresa na defesa do emprego e dos seus direitos;-----

. Condenar a atitude da administração;-----

. Exigir a manutenção dos postos de trabalho;-----

. Manifestar as preocupações com o emprego.-----

Enviar para: -----

- Órgãos de Soberania. -----

- Repsol. -----

- Comunicação Social.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, começando por referir que o problema em causa era sério de mais para ser tratado com recurso a clichés e que a Moção deveria mostrar, de outra forma, as preocupações da Assembleia Municipal. -----

Mais referiu que o que está a acontecer na Repsol esteve quase a acontecer na Autoeuropa, situação que foi evitada por via das negociações entre aquela empresa e a

comissão de trabalhadores que em conjunto encontraram a solução adequada para resolver o problema. -----

Sobre os investimentos em Sines, lembrou que não foram só os representantes do Governo que estiveram presentes no anúncio dos mesmos, dado que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e os presidentes de outras autarquias também marcaram presença naquele acto, porque estavam em causa investimentos da maior importância para a região. Acrescentou que seria mais importante a Assembleia Municipal manifestar posição no sentido daqueles investimentos não recuarem e preocupação com a situação dos trabalhadores em lugar de “atirar pedras”, insinuando que o 1º Ministro enganou as pessoas, considerando que o que está por detrás do texto da Moção é a luta contra o capital, quando, em sua opinião, para haver desenvolvimento são necessárias as pessoas, os trabalhadores, mas também os investidores.-----

Concluiu, referindo que a informação de que dispunha sobre o assunto é de que as comissões de trabalhadores da Repsol estão a negociar as questões da “lei off” com a empresa. -----

O senhor Jaime Cáceres referiu que o discurso das preocupações com as pessoas não o convencia, porque estão em causa quinhentos trabalhadores, alguns dos quais contratados por subempreiteiros, muitos já dispensados, com todos os reflexos negativos para a economia da região.-----

Acrescentou que a insinuação de que a preocupação da Moção é a luta contra o capital também não é válida, porque quem sofre com a situação são as pessoas, não são as empresas e muito menos aquelas que constituem o grande capital onde se observam movimentos comerciais pouco claros nesta fase de crise, dando como exemplo a venda de nafta à Repsol e as exportações da Refinaria para Amesterdão, o que indicia que algo está mal e que poderá existir um conluio do capital nesta crise. -----

Sobre o anúncio dos investimentos em Sines, considerou que o Ministro da Economia estaria enganado, tendo em conta o seu discurso, ou ainda não se tinha apercebido que existia uma crise.-----

Mais referiu que os eleitos da CDU querem investimentos para haver desenvolvimento, mas não a qualquer custo, com consequências graves para as pessoas.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que existia uma diferença substancial da situação na Autoeuropa e na Repsol, dado que nesta empresa os trabalhadores foram confrontados com a situação da “lei off”, sem qualquer aviso prévio, prática que considerou que a Assembleia deveria criticar e condenar, enquanto na Autoeuropa os trabalhadores foram convidados a participar nas decisões/soluções para o problema.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que se pronunciou sobre o assunto, informando nomeadamente que tinha tido conhecimento, no dia vinte e cinco do mês em curso, através dos Sindicatos, que a empresa Repsol ia avançar com a aplicação da “lei off”, por um período de seis meses, processo que iria abranger cinquenta por cento dos trabalhadores. Mais informou que no mesmo dia reuniu com a Administração da Repsol, a qual informou sobre o processo de paragem das fábricas o qual que se traduzia na suspensão total da produção daquela empresa, alegando a mesma questões relacionadas com a crise. Processo que considerou inédito nos últimos trinta anos.-----

Mais informou que transmitiu aos responsáveis daquela empresa que era com profundo desagrado e preocupação que a Câmara Municipal recebia a notícia daquela intenção, tendo em conta que a maioria dos trabalhadores residem no Município de Santiago do Cacém, lamentando também que fosse utilizado pela empresa o tempo máximo previsto naquela lei. -----

Referiu ainda que, em Setembro de dois mil e oito, o 1º Ministro veio a Sines para apresentar, com pompa e circunstância, o programa de investimentos. Processo que está parado, não vendo agora a mesma postura relativamente à solidariedade com os trabalhadores daquele complexo industrial. -----

Acrescentou que a questão de fundo relativa aos problemas que os trabalhadores estão a viver tem a ver com o actual Código do Trabalho, o qual permite que, com a desculpa da crise, sejam retirados direitos aos trabalhadores. Situação que em nada afecta aqueles que estão ao lado do grande capital e bem instalados nas instituições publicas, porque vivem da situação. -----

O senhor Alexandre Rosa referiu que em democracia todos têm o direito de opinião e de optar pelo enquadramento ideológico que quiserem, mas não têm o direito de fazer intervenções sobre a vida privada e profissional das pessoas. Acrescentou que deveria haver mais elevação nas intervenções que são feitas nas sessões da Assembleia Municipal, porque se trata de um espaço onde se deveria fazer combate político sem misturar situações de ordem pessoal.-----

Mais referiu que a actual situação resultava de um sistema capitalista desregulado e selvagem, considerando preocupante e grave o que está a acontecer na Repsol, quer para os trabalhadores, quer para a região e para o País. -----

Informou que já tinha abordado o assunto com a empresa, mas não tinha informação sobre a forma como estarão a decorrer as negociações com as comissões de trabalhadores. -----

Referiu ainda subscrever as preocupações constantes na Moção, mas não os seus objectivos, considerando que a Assembleia Municipal deveria mostrar preocupação com a situação, alertando para os perigos e ajudando a encontrar soluções, de forma a dar sinais de que a mesma é parte da solução, e transmitir ao Governo que os investimentos anunciados deverão ser concretizados.-----

O senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que gostaria de clarificar que não se dirigiu a ninguém em particular na sua intervenção, não tendo citado nomes, acrescentando que relativamente a questões de elevação, deveria o senhor Alexandre Rosa questionar e olhar para a sua bancada, salvaguardando que da mesma fazem parte eleitos que merecem o seu respeito. Interveio o senhor João Saraiva de Carvalho que referiu a sua experiência profissional relacionada em empresas com actividades similares à da Repsol, bem como a necessidade de uma melhor gestão das empresas, devendo as mesmas investirem na requalificação da mão-de-obra. -----

O senhor José Sucena considerou que era de estranhar a situação na Repsol dado que, recentemente, o Presidente do Grupo anunciava que, apesar da crise, o consumo de gasolina tinha reduzido somente três por cento. -----

Estando presente na Sala de Sessões um membro da Comissão de Trabalhadores da Repsol, senhor Daniel Silvério, o senhor Presidente concedeu-lhe a palavra, no sentido da Assembleia ser informada sobre a situação naquela empresa. -----

O senhor Daniel Silvério começou por informar que quatrocentos trabalhadores, de empresas que prestam serviços de manutenção à Repsol, já foram dispensados, e que, com a aplicação da “lei off” sairão mais duzentos e vinte. Acrescentou que é preocupante a situação que as famílias vão enfrentar. -----

Referiu que neste momento a produção é superior à procura e que as empresas sediadas no País têm dificuldade em concorrer com as empresas de outros países, onde os custos de produção são mais baixos. -----

Acrescentou que está previsto na “lei off” a formação dos trabalhadores na sua área ou noutras, para que as empresas sejam mais competitivas, mecanismo que deverá ser aplicado. -----

Mais referiu que foram goradas as expectativas de criação de mais cinco mil postos de trabalho que tinham sido previstos com os investimentos anunciados, pelo que, vêem o futuro com muita apreensão. -----

O senhor Alexandre Rosa questionou, se as empresas contratadas exercem a sua actividade somente na Repsol. -----

O senhor Daniel Silvério informou que uma grande parte das empresas trabalha quase em exclusivo para a Repsol, e que muitas enfrentam graves problemas de viabilidade, porque os financiamentos estão bloqueados. -----

O senhor Alexandre Rosa informou que os Serviços locais do Instituto de Emprego e Formação Profissional estão em contacto com a empresa Repsol, com vista a encontrar soluções, as quais passam pelo enquadramento dos trabalhadores nas acções de formação que permitam o aumento das suas competências, de forma a minorar os efeitos da situação, e aos quais será pago o diferencial de um terço do salário. -----

O senhor Joaquim Gonçalves referiu que é muito complicada a situação dos trabalhadores das empresas (subempreiteiros) que fazem a manutenção nas fábricas daquele complexo industrial, alguns em situação irregular. -----

Mais referiu que os trabalhadores da Repsol foram apanhados de surpresa pela medida tomada unilateralmente pela mesma, de suspensão dos trabalhos durante seis meses. Situação que irá ser muito complicada para a maioria dos trabalhadores que assumiram encargos financeiros que dificilmente poderão cumprir. -----

O senhor Francisco Roque considerou a Moção oportuna, dada a gravidade do problema na Repsol, acrescentando que o problema dos trabalhadores dos subempreiteiros ainda era mais grave, porque não são abrangidos pelos mecanismos previstos na “lei off” para minorar a situação. -----

Mais referiu que muitas daquelas empresas irão abrir falência. -----

O senhor Jaime Cáceres referiu que a Moção tinha em conta os trabalhadores contratados e os efectivos. -----

Acrescentou que os trabalhadores da Repsol vão ser dispensados durante seis meses, passados os quais, a empresa retomará ou não a produção. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, José Élio Sucena, António Gonçalves Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, senhor Francisco Roque. Dez abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa, José Adelino Cintrão, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto de Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias, Nuno Vilhena Braz, António Antunes Isidoro e Jorge Manuel Romano Pinela. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Alexandre Rosa foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ A bancada do PS abstém-se porque discorda dos termos utilizados e dos pressupostos da própria moção. -----

Afirma, contudo, a sua profunda preocupação com o que está a acontecer na REPSOL, pelas implicações que tem na vida dos trabalhadores, na economia da região e do País. - Espera que a situação que actualmente se vive seja rapidamente ultrapassada e que a REPSOL possa retomar rapidamente a sua actividade regular, normalizando a actividade laboral com todos os seus trabalhadores, quer directos, quer indirectos, bem como a retoma, tão rápida quanto possível, dos investimentos de ampliação da fábrica, conforme estava previsto e que esperamos não seja posto em causa com a actual crise económica que afecta todo o mundo.” -----

OBRAS NA PONTE ENTRE A MIMOSA E ALVALADE-----

O senhor Joaquim Gamito referiu que as obras de reparação daquela ponte já duram há sete meses, com os transtornos inerentes para a população, e que a última fase dos trabalhos compreende a subida do tabuleiro da ponte, pelo que, será necessário o corte do trânsito durante alguns fins de semana, apresentado os responsáveis pelas obras como alternativa de acesso àquela Vila, a circulação de viaturas via S. Domingos e Abela, quando poderiam ser criadas alternativas menos dispendiosas, o que levou a que a população se concentrasse junto àquela ponte contestando a situação, da qual resultou a suspensão daquela medida, ficando a empresa de estudar uma solução alternativa. ---- Questionou, se o senhor Presidente da Câmara tinha mais informação sobre a evolução do assunto. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, dado que o mesmo acompanhou de perto aquela situação. O qual começou por referir que a Junta de Freguesia de Alvalade tomou conhecimento, informalmente, de que a empresa responsável pela obra se preparava para encerrar aquela ponte no terceiro fim de semana do mês em curso e em mais dois ou três fins de semana, razão pela qual foi contactado um responsável da Estradas de Portugal que se mostrou surpreendido com o assunto, ficando de estudar a situação. Acrescentou que não é aceitável obrigar as pessoas a percorrerem quarenta quilómetros, várias vezes por dia, para se deslocarem numa distância de um quilómetro.----- Mais informou que, posteriormente, houve um contado da EP, onde lhe foi transmitido que aquela obra era importante e que teriam falado com a Junta de Freguesia sobre a alternativa que estavam a propor, da qual também os Bombeiros, a GNR e o Centro de Dia de Alvalade que presta apoio domiciliário na Mimosa, não tinham conhecimento, o que levou a que a população avançasse para a ponte, impedindo os trabalhos. ----- Acrescentou que a Câmara Municipal remeteu um fax às EP sobre o assunto, ao qual não obteve resposta, ficando a saber através de um comunicado da empresa responsável pela obra, transmitido pela rádio, que os trabalhos tinha sido suspensos, lamentando que não tenha havido mais dialogo com as autarquias sobre o assunto. -----

POSTURA DE TRÂNSITO SOBRE O TRANSPORTE DE MATÉRIAS PERIGOSAS NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO -----

O senhor José Sucena questionou sobre o ponto de situação relativo aos acontecimentos no processo de implementação daquela Postura de Trânsito, com a retirada da sinalização colocada pela Câmara Municipal pela empresa Estradas de Portugal. ----- O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que foi recebido em audiência na Assembleia da República, pela Subcomissão Parlamentar dos Transportes, por proposta do grupo Parlamentar do PCP, onde deu conhecimento dos episódios ocorridos no decurso do processo de criação e implementação daquela Postura de Trânsito e o papel da empresa EP, a qual colaborou

com a Câmara Municipal naquele processo e agora mandou arrancar a sinalização que tinha sido colocada pela Autarquia. -----

Mais informou que numa reunião, recente, com a empresa Estradas de Portugal – EP, na Sede do Município, aquela empresa admitiu a possibilidade de criação de uma moratória até à conclusão das obras no IP8, ao que lhe foi respondido que a Câmara Municipal só poderia equacionar essa possibilidade depois da reposição dos vinte e dois sinais que foram mandados retirar por aquela empresa. Acrescentou que a EP ficaram de reter carta com a resposta, num prazo de quatro dias, a qual ainda não chegou. -----

Referiu também que a Câmara Municipal tem tratado esta matéria de forma consensual, pelo que, acordou dar um prazo de mais uma semana para aquela empresa dar uma resposta sobre o assunto, findo o qual a Câmara Municipal se reserva no direito de accionar os mecanismos judiciais. -----

Informou ainda que a Câmara Municipal desconhece para onde foram levados os sinais que foram retirados pela EP. -----

Mais referiu que, no dia quinze do mês em curso, ocorreu um acidente de viação à saída da Cidade, na direcção de Sines, que envolveu um veículo pesado que transportava trinta e dois mil litros de gasóleo e um veículo ligeiro, no qual, por sorte, só houve um ferido ligeiro, acrescentando que este acidente veio mais uma vez por em evidência o perigo de atravessamento dos perímetros urbanos com cargas perigosas. -----

O senhor Francisco Roque questionou, se já existia informação sobre as competências relativas à colocação de sinalização nas estradas nacionais, dentro dos perímetros urbanos. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a questão daquelas competências não podia ser colocada somente para a sinalização como a EP alega, porque nesse caso a mesma deveria assumir também a construção e manutenção dessas vias. Preocupação que nunca teve, dado que são as autarquias que executam os trabalhos, como os que estão em curso na Av. D. Nuno Álvares Pereira. Acrescentou que os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal defendem que dentro dos perímetros urbanos aquelas competências são do Município, posição coincidente com a antiga Direcção Geral de Viação e da anterior Direcção da EP. Mais referiu que só agora é que foram levantadas estas questões pela actual Direcção da EP e pela GALP, reconhecendo que as mesmas têm legitimidade para terem uma interpretação diferente, o que não dá o direito aquela Sociedade Anónima, a EP, a actuar como actuou, retirando a sinalização colocada pela Câmara Municipal, sem qualquer explicação. -----

O senhor Jaime Cáceres solicitou informação sobre a implantação dos semáforos que, em dois mil e oito, a Direcção da EP ficou de colocar na via principal que atravessa a localidade de Deixa-o-Resto, onde tinha ocorrido, havia pouco tempo, um acidente grave, tendo em Dezembro daquele ano colocando a questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal que o informou que estaria previsto que as obras avançasse em Abril/Maio do ano em curso, o que não aconteceu. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquela situação era idêntica à da Mimosa, porque para ambas aquela empresa assumiu o compromisso de implantação de sistemas semaforicos, dada a perigosidade de circulação naquelas vias. Compromissos que ainda não foram cumpridos. -----

FREGUESIA DE ERMIDAS – QUESTÕES VÁRIAS-----

O senhor Alberto de Brito referiu que havia cerca de dois anos que a Junta de Freguesia tinha proposto à Câmara Municipal a construção de uma **rotunda para acesso ao novo**

Bairro da sede daquela freguesia, questionando sobre o ponto de situação daquele projecto. -----

Mais referiu que na Rua 25 de Abril e noutras ruas daquela Vila foram executadas **obras** de canalização, havia cinco meses, sem que os **passeios** tenham sido repostos.---- Voltou a insistir na disponibilização de um calceteiro para reparar a calçada sempre que há roturas nas canalizações da água. -----

Solicitou novamente a **deslocação da varredoura** para limpar as ruas das localidades daquela freguesia. -----

Alertou para a falta de espaço para servir **refeições** aos sessenta e seis **alunos do 1º Ciclo e às trinta crianças da Pré-Primária, no próximo ano lectivo.** -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que registou as solicitações que foram feitas, acrescentando que nem sempre se consegue responder a todos os pedidos.-

DECLARAÇÃO SOBRE OBRAS NO MUNICÍPIO-----

Pelo senhor Alexandre Rosa foi apresentada a seguinte-----

“DECLARAÇÃO -----

Registamos, com preocupação, a diferença de atitude da Câmara para as obras no Município. Quando se trata de obras da responsabilidade do Poder Central reivindica-se, nem sempre da melhor forma, exigindo-se responsabilidades, quando se trata de obras da sua responsabilidade, como é o caso das aqui referidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas, a resposta é que se tomou nota.-----

Por isso a Bancada do PS solidariza-se como Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas e testemunha, deste modo a insistência e determinação com que nesta Assembleia, se tem batido pela resolução dos problemas da sua Freguesia.”-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que embora respeitando a opinião expressa na declaração da Bancada do PS, considerou que a mesma tenta criar uma situação de exclusão da Freguesia de Ermidas que a Câmara Municipal não podia deixar de refutar. -----

APLICAÇÃO DE HERBICIDAS-----

O senhor Jorge Pinela referiu que aqueles produtos são aplicados quer por trabalhadores da Câmara Municipal quer por trabalhadores das juntas de freguesia que não estarão habilitadas para o efeito, porque não respeitam as normas fundamentais, nem utilizam equipamentos de protecção pessoal, quando se trata de produtos com grande perigosidade, que embora não sejam mortíferos para as pessoas podem causar danos graves à saúde e provocar queimaduras. -----

Mais referiu que observou que aqueles produtos são também aplicados sem a delimitação prévia de uma zona de protecção, existindo também o risco de escorrência para as valetas que, no caso de chover, irão contaminar os caudais dos riachos, e que os mesmos serão aplicados em locais onde poderão passar animais. -----

Referiu ainda que a lei obriga a que, a partir de dois mil e dez, sejam cumpridas regras mais restritas na aplicação daqueles produtos, para o qual as pessoas e instituições deverão estar preparadas. -----

Interveio o senhor Vítor Paulo Barata, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, referindo que os herbicidas aplicados são inócuos para os seres humanos e para os animais e estão devidamente certificados. -----

Relativamente às técnicas de aplicação do produto, considerou que a experiência também conta, acrescentando que os trabalhadores, desde há trinta anos que fazem aquele serviço. -----

O senhor Fernando Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Val de Água, referiu que corroborava a intervenção do senhor Vítor Paulo Barata, acrescentando que os produtos estão certificados e que os trabalhadores têm cuidado no seu manuseamento. --

O senhor Francisco Roque questionou, se o sentido da intervenção do senhor Jorge Pinela sobre aquela matéria seria de partilhar com os presentes as questões relativas ao quadro legal em que a mesma se insere ou se conhecia alguma situação concreta que pusesse em risco a saúde pública.-----

O senhor Jorge Pinela referiu que o seu propósito era alertar para as novas normas de aplicação daqueles produtos e para a conseqüente necessidade de formação dos trabalhadores, e aquisição de equipamento para a sua protecção.-----

Referiu ainda algumas questões práticas dos cuidados a ter no acondicionamento, manuseamento dos produtos e encaminhamento das embalagens para serem destruídas, em conformidade com as normas previstas na lei. -----

----- **CONVITES PARA INICIATIVAS INSTITUCIONAIS**-----

O senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa referiu ser membro da Assembleia Municipal de pleno direito, pelo que, não compreendia a razão porque nunca era convidado para participar nas iniciativas para as quais os outros membros da Assembleia são convidados.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que desconhecia a situação e que iria tomadas medidas para a sua correcção. -----

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS**-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente colocou a votação a proposta de prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, conforme o previsto no Regimento da Assembleia Municipal.-----

A proposta foi aprovada, por unanimidade.-----

----- **ORDEM DO DIA**-----

1. Expediente.-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em trinta de Abril de dois mil e nove, até vinte e dois de Junho de dois mil e nove, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Actas.-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número três**, da Sessão Ordinária de trinta de Abril de dois mil e nove, a qual foi **aprovada, por maioria**, com quatro abstenções, dos senhores Igor Filipe Almeida Guerreiro, Miriam Barbosa Vicente, Jaime Cáceres e Armando Climas, por não terem estado presentes.-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Atribuição de medalhas de Honra e de Mérito Municipal;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Propor à Assembleia Municipal a condecoração das entidades e indivíduos seguintes, por ocasião do Dia do Município:---

1. Com a Medalha de Honra Municipal:-----

-José Cheis. -----

- Ramiro Beja. -----
- Sérgio Martins. -----
- 2. Com a Medalha de Mérito Municipal:**-----
- Ajagato. -----
- António Gonçalves Pereira.-----
- Artur António Duarte (a título póstumo).-----
- Associação Missão Coragem. -----
- Associação de Moradores da Sonega. -----
- Casa do Povo da Abela. -----
- Charles Hejnal. -----
- Comissão de Festas de Santa Maria. -----
- Cooperativa Agrícola Alensado. -----
- Coronel Albano Pinela.-----
- Escola Tecnológica do Litoral Alentejano. -----
- Francisco Ventura. -----
- Futebol Clube Alvaladense. -----
- Futebol Clube Ermidense. -----
- Gertrudes Realista . -----
- Henrique Silva. -----
- Hotel Caminhos de Santiago.-----
- Hotel Vila Park. -----
- Instituto das Comunidades Educativas. -----
- João Alves. -----
- João Paulo Falcão e Silva (a título póstumo). -----
- Joaquim Mestre Sobral. -----
- José António Falcão.-----
- José Matias. -----
- Manuel Fonseca Santos.-----
- Maria Adélia Botelho. -----
- Maria Amália Guerreiro. -----
- Mário Sobral. -----
- Modesto Pereira. -----
- Paula Bravo. -----
- Petrocoop. -----
- Pluricoop. -----
- Quadricultura. -----
- Rui Cardoso. -----
- Silvério Beja. -----
- Venâncio Candeias. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações pelo Município de Santiago do Cacém.” -----

* O documento com os currículos dos agraciados é dado como reproduzido na presente acta com o número quinze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, referindo não contestar os nomes propostos, mas que lhe parecia muito elevado o número de medalhas a atribuir, o que poderia levar a uma certa vulgarização, considerado por que o crivo por onde passa a apreciação do

mérito, deveria se mais apertado, por forma a que o mesmo resulte de uma situação autêntica e de real excepção. -----

O senhor Jorge Pinela considerou que havia outros nomes que poderiam ser indicados tal como foram os que constam na proposta, considerando também que o crivo de apreciação é demasiado largo, levando à banalização do acto. -----

O senhor Alexandre Rosa referiu acompanhar as preocupações constantes nas intervenções anteriores, acrescentando que as mesmas deveriam ser tidas em conta no futuro, considerando que quando mais se alarga a malha, mais se deixa de fora, pelo que, os critérios deverão ser mais rigorosos, para que o prémio seja mais merecidos e apetecidos.-----

Considerou ainda que as pessoas e entidades propostas merecem o reconhecimento.-----

Interveio o senhor Vítor Paulo Barata, referindo subscrever as opiniões anteriores relativas aos critérios para atribuição das medalhas que considerou também demasiado largos, o que leva à desvalorização dos que são agraciados.-----

Mais considerou que a votação da proposta não deverá ser feita da relação dos nomes em conjunto, mas sim de forma uninominal.-----

O senhor Alexandre Rosa referiu subscrever a forma de votação uninominal, pese embora as dificuldades funcionais. -----

A senhora Paula Lopes referiu desconhecer algumas pessoas propostas para receber a medalha de mérito, pelo que, referiu concordar que a votação seja uninominal. -----

O senhor Francisco Roque considerou que a forma de votação defendida consubstancia um princípio democrático que deveria ser tido em conta.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, **o senhor Presidente colocou a proposta a votação, de forma nominal e por voto secreto.** -----

Foram apurados os seguintes resultados: Os senhores António Gonçalves Pereira, Artur António Duarte, Gertrudes Realista, João Paulo Falcão e Silva, Maria Amália Guerreiro e Mário Sobral, vinte e sete votos a favor, zero votos contra, zero votos brancos e zero votos nulos. -----

. Os senhores José Cheis, Ramiro Beja, Charles Hejnal, Coronel Albano Pinela, Henrique Silva, Instituto das Comunidades Educativas, Joaquim Mestre Sobral, José António Falcão, José Matias, Maria Adélia Botelho e Venâncio Candeias e as entidades Casa do Povo da Abela, Comissão de Festas de Santa Maria, Futebol Clube Alvaladense, Futebol Clube Ermidense e Instituto das Comunidades Educativas, vinte e seis votos a favor, um voto contra, zero votos brancos e zero votos nulos. -----

. Os senhores Francisco Ventura, Paula Bravo, e as entidades Ajagato, Associação Missão Coragem, Cooperativa Agrícola Alensado, Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, Petrocoop e Pluricoop, vinte e cinco votos a favor, dois votos contra, zero votos brancos e zero votos nulos. -----

. Os senhores Sérgio Martins, Manuel Fonseca Santos, Modesto Pereira, e a Associação de Moradores da Sonega, vinte e quatro votos a favor, três contra e zero votos em brancos e zero votos nulos. -----

. A Associação Quadricultura, vinte e três votos a favor, quatro votos contra, zero votos brancos e zero votos nulos. -----

. Os senhores Rui Cardoso e Silvério Beja, e o Hotel Vila Park, vinte e dois votos a favor, cinco votos contra, zero votos brancos e zero votos nulos. -----

. O senhor João Alves e o Hotel Caminhos de Santiago, vinte e um votos a favor, seis votos contra, zero votos brancos e zero votos nulos. -----

O senhor António Gonçalves, esteve ausente nesta votação. -----

SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS

O senhor Presidente colocou a votação a proposta de um segundo prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, conforme o previsto no Regimento da Assembleia Municipal.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

--- b) Definir uma percentagem de 65% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o valor da transferência corrente no ano de 2010;

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Definir uma percentagem de 65% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o valor da transferência corrente no ano de 2010.

FUNDAMENTOS: 1. Tendo em conta a forte pressão sobre as despesas correntes. -----
2. De acordo com o nº.3 do artigo 25º. da Lei nº.2/2007 de 15 de Janeiro.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dezassete dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, senhor Francisco Roque.

Dez abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Adelino Cardoso Cintrão e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela.

--- c) 1ª Revisão às Actividades Mais Relevantes 2009/2012;

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** – Aprovar a Primeira Revisão às Actividades Mais Relevantes, de Dois Mil e Nove/Dois Mil e Doze. * -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

Dois – Conforme o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5 –A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.” -----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena,

João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.--- Onze abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Adelino Cardoso Cintrão e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

--- **d) 1ª Revisão ao Orçamento 2009;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: “**PROPOSTA: Um** – Aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Nove.-----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

Dois – Conforme disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -- Onze abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Adelino Cardoso Cintrão e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

--- **e) Proposta de Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização.** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, com competência delegada na área do urbanismo, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Proposta final do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização.* -----

FUNDAMENTOS: De facto: O presente Regulamento tem por objecto o estabelecimento de regras relativas à urbanização e à edificação no Município de Santiago do Cacém, adaptadas às alterações procedimentais operadas pela reforma do

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, através da redacção conferida pela Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro.-----

O diploma em apreço foi sujeito a discussão pública, pelo prazo de 30 dias úteis, contados da data da publicação do edital n.º 188/2009, no Diário da República, 2.ª série, de 19 de Fevereiro de 2009.-----

De direito: Nos termos do artigo 53.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é competência da Assembleia Municipal a aprovação de regulamentos municipais com eficácia externa, sob proposta da Câmara Municipal. A proposta de regulamento foi objecto de discussão pública, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pela Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro, do determinado no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 38 382, de 7 de Agosto de 1951, com as alterações posteriormente introduzidas.-----

Na proposta final foi considerado o Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio, que veio fixa os conceitos técnicos de ordenamento do território e urbanismo.”-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.------

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, considerando que o documento em apreço peca por tardio e que, pelo que leu, não crê que o objectivo tenha sido conseguido.-----

Considerou ainda que o documento está escrito num estilo barroco, sendo pouco claro nalguns aspectos importantes o que poderá originar alguma controvérsia.-----

Mais considerou que se tratava de um documento importante para a gestão da câmara Municipal, pelo que deveria merecer uma atenção mais cuidada por parte dos membros da Assembleia Municipal, tendo em conta os interesses na área da construção.-----

O senhor Jorge Pinela, solicitou esclarecimentos sobre o conteúdo do nº 3. do artigo 55º, questionando se as condicionantes relativas às girândolas são só para os centros históricos ou para aplicar de uma forma geral, considerando que se assim for o mesmo não será viável.-----

Considerou ainda que a matéria constante no artigo 61º contraria o caminho que se pretende seguir, de aproveitamento da energia solar, ao impedir a aplicação de painéis solares.-----

Interveio o senhor Alexandre Rosa começando por referir que se associava às preocupações colocadas pelo senhor Carlos Pereira Dias, dado que se tratava de um documento de grande importância, o qual limita e condiciona a intervenção urbana no Município, acrescentando que não se sentia preparado para apreciar devidamente o documento, para o qual necessitaria de mais algum tempo.-----

O senhor José Élio Sucena referiu que nenhum membro da Assembleia Municipal estará habilitado tecnicamente para emitir opinião abalizada sobre a matéria constante no documento em apreço.-----

Mais referiu que os centros históricos estão cada vez mais abandonados devido ao envelhecimento das pessoas que neles residem, questionando, se para preservar o Centro Histórico, não se estaria a regulamentar demais, dificultando e causando entraves à recuperação das habitações, o que poderá levar ao seu abandono. Mais referiu que nos centros históricos de Itália são mantidas as fachadas e tudo o resto é possível modificar de forma a permitir o conforto.-----

Sobre as questões energéticas, considerou que as casas devem ser readaptadas às novas tecnologias e ao conforto.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha com competências delegadas na área do urbanismo, o qual começou por referir que o documento em apreço poderia não ser perfeito, mas que o mesmo foi amplamente discutido, desde dois mil e um, em reuniões públicas com profissionais do sector e foi adaptado à nova legislação. Acrescentou que o Regulamento tem como objectivo aligeirar procedimentos.-----

Esclareceu que no Centro Histórico de Santiago do Cacém, será o Plano de Pormenor que vigorará, o qual estará a ser ultimado. -----

Relativamente aos painéis solares, informou que o seu enquadramento será analisado caso a caso.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um documento com uma vertente técnica acentuada, o que não impedia que se tivesse uma opinião sobre o mesmo.-----

Mais referiu que o documento foi amplamente debatido, considerando discutível que o mesmo regulamente de forma excessiva.-----

Referiu ainda que se trata de um documento de trabalho muito importante para os técnicos da Câmara Municipal, o qual poderá evitar alguma arbitrariedade nos pareceres.-----

Concluiu, referindo que se trata de um documento que a todo o tempo poderá ser melhorado. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.--- -----

Onze abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Adelino Cardoso Cintrão e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal de Março e Abril de dois mil e nove, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram duas horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de Junho de dois mil e nove. -----
Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

